

A escravidão no judaísmo

O livro décimo sexto começa com o relato de Josefo sobre o atentado do rei Herodes contra a liberdade humana na Judéia. Tal acinte foi provocado por ignorância e jactância: faltou conhecimento com relação às leis de Moisés, sobrou petulância do rei-mestiço para com o povo judeu. Vendo-se diante de um tempo em que os furtos à residência cresciam assustadoramente, Herodes teve a ideia de baixar um decreto condenando os ladrões que invadissem casas fazendo buracos nas paredes – que eram feitas de tijolos de barro à semelhança das nossas casas brasileiras, com exceção da estrutura de concreto e cimento – a escravidão forçada em outro país. Essa decisão judicial teria um desenrolar inimaginado pelo ignorante e jactancioso rei, eis a leitura do historiador:

Um castigo tão severo como o de viver escravo em terras estrangeiras, cuja maneira de viver é muito diferente da nossa, muito mais fere a religião que mantém a justiça, e as nossas antigas leis já haviam provido o suficiente quanto a isso, ordenando que aqueles que possuíam riquezas pagassem o quádruplo do que haviam roubado. Os que não tivessem seriam vendidos como escravos. Como, porém, as leis só permitiam que fossem vendidos aos de sua própria nação, a servidão não seria perpétua, porque no sétimo ano eles recobravam a liberdade. Assim, essa lei foi tida como muito injusta e considerada tirânica, porque o soberano, por um orgulho insuportável, julgava que lhe era permitido calcar aos pés as leis do reino e criar novas penas. Todos se queixavam em alta voz. Esse fato suscitou contra ele um ódio tal que não era possível dissimulá-lo. (Art. 679)

Herodes atentou contra a moral do povo, acreditando estar avançando apenas sobre uma faceta, a jurídica. Os hebreus têm como principal característica, porém, viverem todos em um único universo, o religioso, em contraposição à grande maioria dos outros povos que tem o universo religioso separado do universo secular. Para um hebreu, não há o sistema legal e o sistema religioso, o religioso é também legal. Não há a alimentação consagrada e a alimentação comum, o ato de alimentar-se é um ato religioso. Assim não apenas com atos ritualísticos como os fisiológicos (alimentação, sexo, saúde) como também os culturais (artes, educação). O primeiro ato de introdução da criança ao mundo intelectual, a alfabetização, já é um ato de introdução não apenas ao universo das letras em papel, mas da própria existência ôntica do mundo. A primeira letra do alfabeto hebraico, o Álefe (א, 'ālef) significa o “selo Divino no ser humano”, por isso é escrito com duas tendências unidas por uma força mediadora (א); a segunda, o Bet (ב), fala sobre o próprio gênesis, “a Criação do mundo”, e por isso é simbolizado por uma casa fechada por três de seus lados, aberto porém no quarto lado que remete à esquerda, ao passado, indicando que é permitido ao homem discutir sobre todas as coisas que estão nos céus, na terra e no futuro, mas não o que veio antes da criação, e assim todo o alfabeto hebraico tem como matéria-prima a existência, ou seja, o alfabeto é um produto do mundo ao qual presta serviço, e ministra a educação dos analfabetos como um sacerdote que introduz no mundo religioso o que ainda não sabe como interpretá-lo. Quando o rei sobe o tom da discussão jurídica e institui a escravidão forçada do homem a um senhor de outra nação, está não apenas penalizando a liberdade individual do infrator, mas ferindo sua própria natureza divina, pois a Lei de Moisés proíbe a escravidão de um judeu por alguém de outra pátria, uma vez que a escravidão no judaísmo é instituída como pena, porém não perpétua, mas de duração máxima de seis anos (Ex 21).

Quando Herodes não apenas permite, mas condena, os ladrões a serem escravos de senhores estrangeiros, avança sobre um ponto inegociável àquele povo que não enxergava o mundo jurídico à parte do religioso, mas componentes do único universo existente. A lei herodiana não apenas renovava os aspectos legais, mas destruía a base da vida hebreia.

A liberdade

Hoje, estamos vivendo uma época em que os conceitos de liberdade conquistados após a democracia grega (V-III a.C) e durante os reinados cristãos na Idade Média (V-XV d.C) foram abandonados em absolutos. Assustadora a realidade e assustadora a constatação de que não há na sociedade o menor conhecimento do que seja liberdade – e consequentemente de que a perdemos.

Igualdade de direitos e deveres leva à escravidão de todos

No *A República*, Platão traz um diálogo entre Sócrates e Adimanto sobre a democracia e a liberdade na sociedade. O filósofo discorre sobre os problemas causados com a pregação de que a liberdade só é plena quando todos perdem suas características ímpares e a sociedade como um todo se torna detentora dos mesmos direitos e deveres. Essa situação anárquica, conclui o filósofo, gera sempre uma vida de abusos:

Sócrates — *Bem, vêes o resultado de todos estes abusos acumulados? Compreendes que tornam a alma dos cidadãos tão melindrosa que, à mínima aparência de opressão, estes se indignam e revoltam? E acabam, como sabes, por não se importar com as leis escritas ou não escritas, para que não venham a ter nenhum senhor.*

Adimanto — *Sei disso muitíssimo bem.*

Sócrates — *Pois então, meu amigo, é este governo tão belo e arrogante que dá origem à tirania, pelo menos a meu ver.*

Adimanto — *Arrogante, com efeito! Mas o que acontece em seguida?*

Sócrates — *O mesmo mal que, tendo se desenvolvido na oligarquia, causou a sua ruína, desenvolve-se aqui com mais amplitude e força, devido ao desregramento geral, e reduz a democracia à escravidão, porque é certo que todo excesso costuma provocar uma viva reação.*

Há dois mil e quinhentos anos, a humanidade entendia que a busca pela planificação identitária destruiria a organização social, colocando por terra o sonho de uma pátria livre exatamente pela confusão demoníaca com relação ao significado do vocábulo “livre”. Desfazendo essa confusão e iluminando a discussão, pensadores da idade moderna como João Calvino (1509-1564), Étienne de La Boétie (1530-1563), Henry David Thoreau (1817-1862) e John S. Mill (1806-1873), escreveram textos de verdadeira luta contra o espírito de ignorância servil do povo e espírito despótico dos tiranos. Vejamos alguns abordagens:

A liberdade em Cristo e a liberdade civil

Na *Instituição da Religião Cristã*, **João Calvino** escreveu ao rei Francisco I em cumprimento ao ordenamento paulino (I Tm 2:2), disse o teólogo:

“[...]Por um lado, não faltam desatinados e bárbaros que tentam arruinar toda a autoridade estabelecida por Deus, e, por outro, os aduladores dos príncipes lhes engrandecem ilimitadamente a autoridade que não duvidam em compará-la ao senhorio que é do próprio Deus.

A confusão sobre a liberdade espiritual e liberdade civil dominava a França, e o teólogo faz aqui o reordenamento lógico dos termos. Segue:

Mas aquele que sabe distinguir entre corpo e alma, entre a presente vida que é passageira, e a vindoura que é eterna, dirá com muita clareza que o reino espiritual de Cristo e o poder civil são realidades bem distintas entre si.

Ao cristão é dada não apenas a graça da igualdade celestial anunciada pelo apóstolo na carta aos Colossenses (3:11): “Nessa nova ordem de vida, não há mais diferença entre grego e judeu, circunciso e incircunciso, bárbaro e cita, escravo ou pessoa livre, mas, sim, Cristo é tudo e habita em todos vós”, como também é dada a instrução de se fazer um agente na vida cívica buscando a paz para a Igreja de Cristo na Terra.

Porque o reino espiritual nos dá, já aqui sobre a terra, uma antecipação do reino celeste, e nos dá, nesta vida mortal e transitória, certo gosto da bem-aventurança imortal e incorruptível; mas o escopo do governo temporal é manter e conservar o culto divino externo, a doutrina e a religião em sua pureza e guardar a integridade da Igreja, levando-nos a viver com retidão, conforme exige a convivência humana por todo o tempo que vivemos, adequando assim nossos costumes à vida civil, a fim de manter e conservar a paz e a tranquilidade comuns. (grifo nosso)

Não vê o teólogo o *ser cristão* como uma licença para a vida fora da lei humana, mas antes como uma responsabilidade para com a manutenção de ambiente propício ao exercício da fé nas cidades.

Obedecer ou Servir, ser governado ou tiranizado

O filósofo francês, **Étienne de La Boétie** aos 18 anos se levantou contra a tirania francesa com o *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, onde mostrou que o Estado é capaz de transformar os sujeitos mais fracos “não um Hércules, ou um Sansão, mas um reles homenzinho, com frequência o mais fraco e afeminado” em um tirano obedecido pela massa aterrorizada. O questionamento dessa alma jovem vinha com a força de um líder:

*Donde ele tiraria os tantos olhos com que vos vigia se não consentísseis?
Como dispõe de tantas mãos para vos injuriar se não as toma de vós? Os pés com que pisa em vossas cidades, donde ele os tira, se não vos pertencem?
Como é possível que tenha algum poder sobre vós senão por meio de vosso consentimento? Como ousaria atacar-vos sem vossa cooperação? O que*

*poderia fazer convosco se não fôsseis receptadores do ladrão que vos rouba,
cúmplices do assassino que vos mata e traidores de si mesmos?*

O eternamente jovem Étienne (morto aos 32 anos) buscava conscientizar o povo com relação às condições desumanas nas quais vivia, e que essa condição era não apenas aceita mas chancelada por esse mesmo povo tiranizado. Três séculos depois, outro francês, Émile Zola escreverá uma das grandes obras do romantismo – ainda que por demais realista – *Germinal*, onde outro Étienne lutará para fazer uma comunidade de trabalhadores das minas de carvão do sul da França, entenderem que não precisavam concordar e autorizar seus senhores a lhe tratarem como pobres diabos, poderiam trabalhar dignamente, exigindo deles um tratamento minimamente humano.

Boétie continua:

Há três tipos de tiranos: uns possuem o reino por eleição do povo, outros por força das armas, outros pela sucessão de sua raça.

A conclusão de seu texto será a de que, dentre os tiranos (e todos os governantes se tornam tiranos), os piores são os eleitos democraticamente, pois

Aquele cujo poder foi concedido pelo povo deveria ser, parece-me, mais insuportável, e creio que realmente o seria senão pelo fato de que, uma vez que se vê acima dos outros, lisonjeado por este não sei quê a que chamamos grandeza, decide não sair mais.

O desejo pela permanência no poder, aliado ao conhecimento de que na Democracia deve haver alternância no poder, faz com quê o governante eleitor utilize de tirania plena e rápida, para que antes do término de seu mandato ele possa garantir a renovação de sua eleição.

Os limites do poder estatal

Três séculos depois, o norte-americano **Henry D. Thoreau** escreve o clássico *A Desobediência Civil* após ter sido preso por sonegação fiscal, ato cometido de forma proposital uma vez que seu país estava utilizando os impostos para fazer guerra contra o México. No texto, o poeta e historiador escreve:

Faça da sua vida um contra-atrito que pare a máquina. O que preciso fazer é cuidar para que de modo algum eu me preste aos males que condeno.

Thoreau tinha ciência do poder do estado e do poder do indivíduo, sabia que o estado não tem a força que diz ter, e que o homem não conhece a força que tem. A obra desse americano se tornou inspiradora a libertários e anarquistas ao longo do tempo, justamente por seu caráter conscientizador dos homens oprimidos pelo Estado. Segue:

O Estado nunca confronta intencionalmente o sentimento, intelectual ou moral, de um homem, mas apenas seu corpo, seus sentidos. Ele não é dotado de gênio superior ou de honestidade, tendo apenas superioridade física.

Tão simples e tão chacoalhante essas palavras. O Estado não tem poder para mudar sua mente, apenas seus atos, assim devemos manter nossa Fortaleza¹, resguardando-nos da conformação da nossa mente, antes renovando-a (Rm 12:2). Devemos, ainda, utilizar nossa presença na sociedade para gerar um “contra-atrito” que pare as engrenagens do mal, jamais permitindo que nossas forças auxiliem na rotação de uma máquina maligna.

Para existir é preciso pensar e falar

Contemporâneo de Thoreau, o filósofo e economista britânico **John Stuart Mill** escreveu na segunda metade do séc. XIX seu *Ensaio sobre a liberdade*², onde defende a necessidade da liberdade do indivíduo não apenas com relação ao pensamento, como também na atividade de expressão desse pensar. Sua obra se inicia com a declaração de que “a única finalidade justificativa da interferência dos homens, individual e coletivamente, na liberdade de ação de outrem, é a autoproteção”. Mill defenderá com sobejo argumentativo que o Estado não pode intervir em nenhum aspecto da vida do indivíduo além dessa única prerrogativa sagrada ao Governo, proteger a comunidade.

Os homens têm mais a ganhar suportando que os outros vivam como bem lhes parecer do que os obrigando a viver como bem parece ao resto.

A maioria – ou o todo – jamais pode definir o comportamento individual da minoria, sendo beneficiada inclusive ela mesma, a maioria, com a liberdade de cada um. Premissa fundamental à vida em sociedade, em nossos dias foi abolida.

Reconhecemos, agora, a necessidade par o bem-estar mental humano (de que todo o bem-estar humano de outra natureza depende), da liberdade de opinião, e da liberdade de exprimir a opinião.

O britânico buscará inclusive bases na filosofia socrática, mostrando que os diálogos de Platão enriqueceram o mundo justamente por sua dialética argumentativa, onde o filósofo não doutrina, mas debate. A exposição do pensamento contrário deve ser sempre protegida, pois deve haver sempre (salienta Mill) a consciência de que a exposição dos discordantes pode ser correta, ainda que disruptiva para com o senso comum. Outro destaque que sou forçado a trazer é o que se segue:

Ninguém pretende que as ações devam ser tão livres como as opiniões. Pelo contrário, mesmo as opiniões perdem a sua imunidade quando as circunstâncias em que se exprimem são tais que a sua expressão constitui um incitamento positivo a algum ato nocivo.

Ponto vital para nossos dias! A exceção à regra *stuartiana* de intromissão na ação individual. Mill dá ao leitor um exemplo prático onde alguém é de opinião de que a propriedade privada é latrocínio (rouba o direito público e mata o desprovido). Se em um momento, a turba se encontra

¹ Em Platão, a Fortaleza é a virtude referente à firmeza nas dificuldades e constância na procura do bem.

² Publicado no Brasil também sob o título “Sobre a liberdade”.

diante da propriedade de um agricultor, o Estado deve entender que, nessa situação, um manifestante que começa a pronunciar sua opinião em meio a uma multidão que está prestes a invadir e agredir a família do agricultor não é “apenas uma opinião”, mas um “discurso de incitação à violência”. Perceba a semelhança para com nosso tempo em que os brasileiros contrários à vacinação ao COVID-19 se negaram a discutir – e não tinham conhecimento para – e, por sua ignorância, acabaram vencidos pelo Estado autoritário que obrigou a vacinação e agora exige sua comprovação. O cidadão brasileiro deve ter sua liberdade individual preservada com relação à sua própria vacinação? E o direito de expressão contra a vacinação da população, deve ser suprimido? Por último, deve haver liberdade de pensamento a essa minoria contrária à vacinação?

Estado de vigilância permanente

Finalizando as citações sobre esse tema vital para a vida em sociedade, lembro uma frase marcante do belíssimo *A insustentável leveza do ser*, de **Milan Kundera** (1929-). O romance se passa durante a invasão russa à antiga Tchecoslováquia, momento histórico conhecido como A primavera de Praga. O clima de vigilância permanente preenchia todos os momentos cotidianos da população, daí o trecho

Quando uma conversa entre amigos diante de um copo de vinho é transmitida pelo rádio, uma coisa fica evidente: o mundo se transformou num campo de concentração.

Kundera viveu a invasão russa, ex-membro do Partido Comunista Tcheco – o escritor foi expulso por “atividade antipartidária –, descreve com prosa lírica permeada de filosofia *nietzschiana* a vida vigiada, à semelhança do que fez anos antes o inglês George Orwell em linguagem jornalística. A conclusão, porém, é a mesma, seja em Kundera ou em Orwell, seja na Tchecoslováquia invadida pela Rússia ou na Inglaterra invadida imaginativamente pelo governo comunista global do Grande Irmão: quando as liberdades individuais são publicizadas, é porque estamos todos em um grande campo de concentração.

Herodes é o vetor do Estado Autoritário na Judeia romanizada

Por mais que a obra de Flávio Josefo se esforce, ainda que sem perder o compromisso com a fidelidade da narrativa, em não caracterizar Herodes como um completo degenerado, seu governo é claramente visto na obra do historiador judeu como o que inevitavelmente foi, o vetor do autoritarismo romano na vida hebraica.

Josefo destaca ao máximo os feitos benéficos do rei asmoneu ao povo judeu, seja atendendo os clamores populares com respeito à carga de impostos, seja investindo finanças do império no desenvolvimento da infraestrutura de cidades portuárias, a *História dos Hebreus* mostra além da face dominante de Herodes, a déspota, a face rara que se faz presente em Josefo provavelmente por ser o historiador um membro da corte romana, trabalhando nos prédios do império e com as graças da dinastia flaviana.

Fernando Melo
Brasília, março de 2021.